

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS ESCOLARES E DE TRABALHO NO COTIDIANO DOS MENINOS E MENINAS TRABALHADORES DA UFSCar¹

ROSELI ESQUERDO LOPES²

DIANA BASEI GARCIA³

RESUMO

Este texto é fruto de uma pesquisa que se debruçou sobre as condições de vida, os problemas e as perspectivas de estudo e de vida escolar, bem como de trabalho, de adolescentes de grupos populares, que trabalhavam na Universidade Federal de São Carlos (SP), por meio do convênio desta com uma instituição de assistência social e educacional. Foram utilizados diversos recursos para coletar informações acerca do universo escola/trabalho desses meninos e meninas. Dentre tais recursos, um questionário abordando temas como escola, trabalho, família, condição sócio-econômica e expectativas de futuro. Responderam a esse questionário 95.1% dos adolescentes. Posteriormente, foram sorteados 12 adolescentes para a realização de entrevistas e para a participação em encontros numa oficina de atividades. Trabalhou-se com dois subgrupos, garantindo-se a proporcionalidade entre os gêneros. Nesse espaço, buscou-se apreender como aquele universo está inserido no cotidiano dos adolescentes, seu significado, o que pensam e sentem a respeito, além de proporcionar-lhes oportunidade de reflexão e trocas. Foram realizadas, em cada grupo, 16 horas de oficina, divididas em três dias de encontro. À luz de conceitos como 'políticas sociais', 'cidadania' e 'inserção social', a análise dos resultados desta pesquisa aponta que a escola e o trabalho não se constituem em lócus de pertencimento, de descoberta de vocações e de desenvolvimento de habilidades para esses adolescentes. Na medida em que não os percebem enquanto espaço de escuta, de diálogo e nem

¹ Este artigo é um dos desdobramentos do relatório da pesquisa "*Problemas e Perspectivas Escolares e de Trabalho no Cotidiano dos Meninos e Meninas Trabalhadores da UFSCar*", desenvolvida com o apoio da FAPESP, integrando o projeto temático *ESCOLA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE EM GRUPOS POPULARES: CIDADANIA, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS*, coordenado pela Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes, com financiamento do CNPq e do MEC.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social*. Endereço eletrônico: relopes@ufscar.br

³ Terapeuta Ocupacional e Especialista em Saúde Coletiva pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP – Programa de Aprimoramento de Pessoal. Integrante do Grupo de Pesquisa *Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social*. Endereço eletrônico: dianabasei@gmail.com

de construção coletiva ou grupal, esses meninos e meninas vivenciam um sentimento de exclusão nos locais do seu cotidiano mais direto.

Palavras-Chave: Adolescente, Jovem, Educação, Trabalho, Política Social.

PROBLEMS AND PERSPECTIVES PERTAINING TO SCHOOL AND WORK IN THE EVERYDAY OF THE UFSCar's BOYS AND GIRLS WORKERS

ABSTRACT

This text is the result of a research that was focused on the living conditions, problems and prospects of study, school life and work of popular groups of adolescents who worked at the Federal University of São Carlos (SP), through an agreement with an institution of social assistance and education. It was used various resources to gather information about the universe school / work of these boys and girls. Among these resources, a questionnaire covering topics such as school, work, family, socioeconomic status and future expectations. 95.1% of the adolescents responded to the questionnaire. Later, 12 adolescents were randomly selected for interviews and to participate in meetings in a workshop activity. The work was made with two subgroups, ensuring the proportionality between the genders. In this space, was sought to understand how that universe is inserted into the everyday lives of adolescents, their meaning, what they think and feel about, and provide them opportunity for reflection and exchange. 16-hour workshop was performed in each group, divided into three days of meeting. Based on concepts like 'social policies', 'citizenship' and 'social inclusion', the analysis of the results of this research suggests that school and work do not constitute a place of belonging, of finding talent and skill's development for these adolescents. As they do not perceive school and work as an area of listening, dialogue and not of a collective or group, these boys and girls experience a feeling of exclusion in the places of their everyday life more directly.

Key words: Adolescent, Young, Education, Work, Public Policy.

INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou as condições de vida, o universo do trabalho e da escola dos adolescentes trabalhadores na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no período de 2004 a 2006. Estes meninos e

meninas trabalhavam na UFSCar por meio de um convênio desta com o Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro (CAMP), uma instituição de assistência social e educacional de São Carlos (SP), por no máximo dois anos. Eles tinham entre 14 anos e 18 anos

incompletos, trabalhavam o dia todo e estudavam no período noturno em escolas públicas de São Carlos.

Para os adolescentes de grupos populares, trabalhar desde cedo é natural, com a finalidade de ajudarem a sustentarem a si próprios e a suas famílias, de se prepararem melhor para a concorrência do mercado de trabalho e de se viabilizarem enquanto consumidores. Todavia, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, que pode ocorrer a partir dos 14 anos, conforme a emenda constitucional ¹ 20, de dezembro de 1998. O adolescente aprendiz não pode trabalhar no período noturno, em ambiente perigoso, insalubre, sendo que este trabalho deve ser realizado em horários e locais que permitam ao adolescente freqüentar a escola (BRASIL, 2002).

A partir de uma perspectiva sócio-histórica da questão problematizada, da compreensão da escola, do trabalho e das perspectivas de futuro sob a ótica dos jovens trabalhadores da UFSCar, com contribuições de pesquisadores da área da educação e trabalho de adolescentes de grupos populares, analisaremos e discutiremos os dados encontrados nesta pesquisa, com a intenção de apreender a realidade concreta de importantes questões que envolvem a maioria dos adolescentes brasileiros.

Para tanto, foram utilizados procedimentos do campo da pesquisa quantitativa e qualitativa, na tentativa de melhor dimensionar os problemas sobre os quais se debruçou. A fim de coletar dados que buscaram abarcar todo o universo pesquisado – a situação familiar, escolar, de trabalho e econômica dos adolescentes trabalhadores da UFSCar –, foi aplicado um questionário, com questões abertas e fechadas. A abordagem dos temas como o CAMP, o convênio entre este e a UFSCar, a escola, o trabalho, a família e as expectativas de futuro, se deu de forma focalizada em um número restrito de sujeitos, por meio de entrevistas e da observação

participante em uma oficina de atividades que aconteceu no Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar. As entrevistas foram baseadas em um roteiro cujo objetivo foi apreender o ponto de vista do grupo envolvido, compreendendo-se a entrevista como um instrumento que orienta, facilitada, amplifica e pode aprofundar a comunicação (MINAYO, 1999). A observação participante ocorreu durante a oficina de atividades, que dispôs, igualmente, de um roteiro específico das atividades a serem realizadas.

O CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO

O Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro (CAMP) foi fundado no dia 2 de abril de 1962, pelo Juiz de Direito e de Menores Dr. Marino da Costa Terra. Este primeiro CAMP, fundado em São Carlos, no estado de São Paulo, foi denominado Dr. Marino da Costa Terra. Terra fundou a entidade, preocupado com a problemática do *menor* carente (ARAGÃO, 1998) (grifo nosso).

O CAMP é uma instituição com fins filantrópicos que recebe adolescentes de 14 a 17 anos com o intuito de colocá-los como estagiários no mercado de trabalho, desde que haja a garantia de registro na carteira de trabalho (CAMP Dr. Marino da Costa Terra, 2001). Não há fins lucrativos, religiosos ou políticos e funciona como personalidade jurídica, tendo um estatuto e um regimento interno (ARAGÃO, 1998). Segundo Caromano (2005), os objetivos do CAMP são: educação bem dirigida, trabalho bem orientado, formação básica de mão-de-obra, recreação e apoio sócio-financeiro às famílias mais carentes.

Obrigatoriamente, esses adolescentes precisam estar freqüentando a escola. Antes de saírem para o trabalho, o CAMP os direciona para um curso, oferecido por ele, de auxiliar administrativo, que tem duração de seis meses e é regulamentado pelo Ministério do Trabalho (CAMP Dr. Marino da Costa Terra, 2001). O patrulheiro pode

permanecer no convênio por dois anos, devido à Lei ¹ 10.097/00 e à Portaria Ministerial ¹ 702/01. Quando o adolescente completa 18 anos, é desligado do CAMP e não pode mais trabalhar através dele.

Esses meninos e meninas “patrulheiros” costumam trabalhar em supermercados, lojas de eletrodomésticos, distribuidoras, escritórios de contabilidade, indústrias, dentre outros locais similares. Contudo, as duas principais instituições conveniadas ao CAMP eram (2004-2006) a UFSCar e a Prefeitura Municipal de São Carlos, recebendo uma grande quantidade desses adolescentes para o trabalho educativo. Para uma jornada de 40 horas semanais, recebem um salário mínimo, com os descontos devidos (INSS).

O convênio da UFSCar com o CAMP funcionou de 1989 a 2007⁴ e teve como objetivo proporcionar o amparo e a adequada profissionalização ao *menor* carente, preparando-os para enfrentarem o mercado de trabalho (MARTINS, 2005).

A UFSCar contratava, na época da pesquisa, 70 patrulheiros, e este número era distribuído entre as unidades internas; o convênio previa a oferta, por parte da UFSCar, do vale transporte e da refeição gratuita no Restaurante Universitário.

Segundo a Secretária Geral de Recursos Humanos da UFSCar (MARTINS, 2005), os diversos setores da UFSCar tinham a clareza sobre os objetivos do convênio, mas, pela redução do quadro de servidores públicos e por algumas unidades contarem somente com o patrulheiro para realizar diversos serviços, esse entendimento se restringia e, às vezes, as unidades

atribuíam ao patrulheiro responsabilidades além das previstas.

OS MENINOS E MENINAS TRABALHADORES DA UFSCar

Foi necessário escutar esses sujeitos para se conhecer suas reais necessidades, seus interesses, suas questões e perspectivas em relação à escola, bem como os motivos para a busca do trabalho, os problemas que nele enfrentam, as tarefas e as contribuições advindas desse trabalho e, ainda, o lugar e o sentido da escola e do trabalho na vida de adolescentes de grupos populares urbanos.

Os Questionários, as Entrevistas e a Oficina de Atividades

O questionário pretendeu alcançar todos os 61 adolescentes (25 meninos, 41%, e 36 meninas, 59%) que trabalhavam na UFSCar no período da coleta de dados da pesquisa. Responderam a esse questionário 95.1% dos adolescentes (58 adolescentes); também foram realizadas entrevistas com 12 meninos e meninas trabalhadores da UFSCar sorteados aleatoriamente, mas de modo a manter a proporção entre os gêneros (6 meninos e 6 meninas). Estes mesmos foram convidados a participarem de uma oficina de atividades. Dos convidados, 11 participaram da oficina, divididos em dois grupos. Foram realizadas, em cada grupo, 16 horas de oficina, divididas em três dias de encontro.

No espaço da oficina de atividades, buscou-se apreender como o universo escola/trabalho/perspectivas de futuro está inserido no cotidiano dos adolescentes, seu significado, o que pensam e sentem a respeito, além de

⁴ Desde 2007, a UFSCar passou a fazer convênios diretamente com escolas públicas de São Carlos para a contratação de adolescentes como estagiários de nível médio para a realização de serviços gerais.

⁵ É importante mencionar que uma das considerações trazidas pelos adolescentes com os quais trabalhamos na pesquisa de campo foi acerca da riqueza da experiência de participar da oficina de atividades, na medida em que esta se converteu em um espaço de fortalecimento das relações entre eles e onde puderam fazer uso de atividades como instrumento de autovalorização e de produção de sentido pessoal e social na busca de ampliação dos espaços na vida cotidiana. Assim, um dos desdobramentos da experiência desta pesquisa foi a continuidade da “Oficina de Atividade e Projetos dos Meninos e Meninas Trabalhadores da UFSCar” até 2007, enquanto uma atividade de extensão universitária e com a participação de outros adolescentes trabalhadores da UFSCar.

proporcionar-lhes oportunidades de reflexão e trocas⁵. A oficina dispôs de um roteiro específico das atividades a serem trabalhadas como fotografia das escolas em que estudam, montagem de um telejornal, colagem, modelagem, debates a partir das letras de músicas, entre outras.

Apresenta-se e discute-se, a seguir, os dados encontrados.

O Cotidiano e o Lazer

Por trabalharem durante o dia e estudarem no período noturno, o cotidiano é percebido pelos adolescentes como bastante corrido, atribulado e enjoativo.

O lazer só ocorre nos finais de semana, visto que durante a semana avalia-se como muito difícil fazer outra atividade além de estudar e trabalhar. Alguns fazem cursos no final de semana, como inglês, computação e teclado; em sua maioria, são cursos voltados para a atuação profissional e valorizados no mercado de trabalho.

Quando não trabalham ou estudam, realizam atividades que não dependem de muito dinheiro ou de quase nenhum, como ouvir música (82,7%), assistir à televisão (74,1%), praticar esportes (48,3%), ir às festas (48,3%), entre outros. Ainda, 63,8% ajudam nos serviços domésticos. A maior parte das atividades não exige a companhia de outras pessoas e, também, não acontece nos dispositivos da cidade. Depreende-se que o lazer é delimitado pela falta de companhia, dinheiro, espaços e atividades que a cidade oferece ou que eles não têm condições de acessar.

Alguns referem o passeio no shopping da cidade, assistirem a filmes, andarem de bicicleta ou nadarem na piscina da UFSCar. Mais difícil ainda é saírem para dançar, ou saírem à noite, em bares ou lugares semelhantes. Alguns dificilmente saem com amigos ou estão saindo menos do que costumavam, isto porque depois que ingressaram no CAMP/trabalho ficaram

mais cansados e se dizem mais caseiros, ou por não terem dinheiro. Muitos indicam terem largado diversas atividades assim que entraram no CAMP ou no trabalho. Quase todos gostariam de fazer outras coisas também, além de estudar, trabalhar e das atividades das quais se ocupam:

Porque se eu não tivesse trabalhando eu taria fazendo um curso de teatro, ou também dança de rua. Só que aí como surgiu o emprego, eu preferi o emprego. Agora eu não sei o que faria nas horas vagas (...), enquanto eu trabalhar e estudar, ainda procurar mais alguma coisa pra fazer, acho que eu não dou conta (Gr.).

Numa pesquisa de Souza (2003) com estudantes, aparece igualmente o fato de muitas vezes os jovens não saírem para se divertirem pela falta de dinheiro ou companhia, e muitos referem ficar em casa, descansando ou 'fazendo nada'; mas, diferentemente dos adolescentes da nossa pesquisa, os de Souza costumam sair para dançar em casas noturnas e têm as atividades de lazer mais ligadas ao consumo de produtos e serviços oferecidos pelas indústrias de diversões e consumo cultural.

Percebe-se que esses meninos e meninas não têm muitas atividades de lazer. Isso porque não possuem tempo para tal, ou por estarem muito cansados pelo estudo e pelo trabalho e preferem ficar em casa descansando, por não terem amigos para sair, por não terem dinheiro suficiente, ou simplesmente pela falta de espaços de lazer na cidade. Quando há tempo livre, muitos fazem cursos que são considerados importantes para a inserção no mercado de trabalho. As atividades de lazer que costumam realizar não são as de consumo, exceto pelos passeios no shopping ou pelas raras idas ao cinema. Entretanto, as atividades que gostariam de realizar são mais dependentes de dinheiro, como viagens, academias, cursos, algumas delas são atividades grupais, como as

viagens e os esportes. Isso mostra que a falta de companhia e dinheiro, além da falta de tempo, os impedem de fazer as atividades desejadas.

Conforme Abdalla (2004), os alunos da escola noturna possuem formas de lazer muito modestas e que só podem usufruí-las nos finais de semana, desde que próximos ao dia do pagamento e quando não estão cansados. Ela sugere que por isso não é difícil entender porque eles fazem da escola uma espécie de clube, no qual vão mais para ver os amigos do que para estudar. Abdalla vê essa falta de lazer interferindo fortemente na relação desses jovens com a escola nos dias atuais, afirmando que medidas devem ser tomadas para que haja a “escolarização do clube”, para que a sala de aula se torne um espaço mais interessante e democrático, propício à produção de novos conhecimentos e, assim, a escola poderia se tornar um lugar agradável, em que se possa ver os amigos, e que também proporcione espaço para indagações e descobertas.

O CAMP – Razões para sua procura, expectativas e sugestões

O motivo mais referido por esses meninos e meninas para irem procurar o CAMP foi o de que precisavam ajudar sua família com o salário (72,4%), seguido de quererem aprender algo relacionado ao trabalho (67,2%) e de desejarem um salário para usarem em suas próprias necessidades e vontades (62,0%), já que suas famílias, muitas vezes, não dispõem de recursos para que possam consumir algo ou pagarem um curso.

De fato, nas entrevistas e na oficina, ficou claro que procuraram o CAMP por buscarem um emprego para terem seu próprio dinheiro, para poderem consumir e acessarem alguns bens. Alguns também contribuem com as despesas da casa. Uma outra razão que surgiu em alguns depoimentos foi a preocupação em iniciar a experiência profissional o mais cedo possível, o que ajudaria na posterior inserção no mercado de trabalho.

Assim como na pesquisa que Fonseca (2003) realizou com adolescentes trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apesar de cinco pessoas contribuírem nas despesas de casa, a remuneração que recebem não parece ser a principal fonte de renda da casa, o que permite a esses jovens, também, consumir alguns produtos. Fonseca aponta que o trabalho é percebido, portanto, como uma maneira importante de adquirir bens e produtos associados ao prazer e ao bem-estar destinados ao seu próprio uso que, muitas vezes, a família não pode proporcionar, o que se pôde, igualmente, verificar em nosso estudo.

O CAMP foi visto como um lugar que possibilitou relações de amizades, assim como um lugar necessário para se conseguir um emprego, para aquele adolescente que tem de 14 até 16 anos e que gostaria de trabalhar dentro do mercado formal, com carteira de trabalho assinada:

Pra eu iniciar minha carreira com dezoito anos sem nenhuma experiência profissional não tinha como. Pra eu iniciar a carreira com dezesseis anos também sem nenhum convênio também não tinha como (C.).

O Trabalho

Os números mais expressivos de renda familiar apresentados nos questionários foram de 3 a 4 salários mínimos (34,5%), seguidos de 3 salários mínimos (29,4%) e 2 salários mínimos (20,7%). Considerando-se o fato de que a maioria das famílias possui três moradores ou mais, a renda familiar é restrita e o salário dos adolescentes é importante na sua composição.

Quanto a trabalhar na UFSCar, há muitos aspectos positivos assinalados por eles. É bom estagiar na UFSCar e conhecer pessoas novas (89,6%), assim como aprender sobre como se comportar no trabalho (79,3%) e sobre o trabalho que fazem (77,6%). Outro aspecto

positivo indicado é em relação ao contato com colegas de trabalho que os tratam bem (69%).

A maior parte não apontou nenhum aspecto negativo com relação a trabalhar na UFSCar (62,1%). Os aspectos negativos mencionados dizem respeito a ficarem muito cansados (17,2%), à falta de tempo para estudar (15,2%) e a fazerem mais serviços do que deveriam (12%).

Eles consideram que trabalhar é bom, e isto surgiu com bastante expressividade (81%), seguido pela avaliação de que é algo normal (27,6%) e cansativo (18,9%). A maioria deles acha, contudo, cansativo estudar e trabalhar ao mesmo tempo (63,8%), enquanto outros 22,4% encaram isso como algo esperado e 13,8% consideram estressante e ruim.

Apesar das dificuldades e dos aspectos negativos, eles estão felizes por estarem trabalhando e acham que o trabalho, neste momento da vida, pela experiência obtida, pode vir a facilitar o acesso a um emprego posterior. Outros estudos relatam essa referência positiva dos adolescentes ao trabalho, o que não significa, todavia, que estejam plenamente satisfeitos com esse mesmo trabalho (ABDALLA, 2004; FONSECA, 2003). Para eles, trabalhar nessa idade é mais do que normal, é fundamental:

O que eu acho de trabalhar? Ah, eu acho que todo mundo tem que trabalhar, acho mesmo se o pai tem condições de levar, eu acho que tem que trabalhar, porque um dia ou outro você vai ter que ter uma experiência pra entrar em algum serviço. E aí como é que vai ser? Você não vai ter nenhuma experiência, até os 18, 19 anos você não vai ter trabalhado ainda? Por isso que eu falei pra você, porque eu fiz patrulheiro, porque eu tinha que trabalhar (...). Eu acho que todos têm que trabalhar sim (Mc.).

O trabalho infanto-juvenil constitui uma das formas socialmente utilizadas para a produção do capital e de sua reprodução (DAL ROSSO e RESENDE, 1986).

Para Pucci, Oliveira e Sguissardi (1995), as razões históricas que determinaram a presença da mão-de-obra infantil e juvenil na produção capitalista do século XIX, permanecem no Brasil: utilização de mão-de-obra barata, disciplinada e/ou disciplinável e dócil, com o objetivo de se obter o maior lucro possível. Para esses autores, o aluno trabalhador não tem como marca apenas sua condição de trabalhador, é também identificado por ser um trabalhador normalmente desqualificado e superexplorado.

As tarefas realizadas por esses adolescentes são muito parecidas, como atender ao telefone, anotar e distribuir recados (93,1%); distribuir documentos pela UFSCar (91,4%), tirar cópias de documentos (86,2%). Avaliam que contribuem para o funcionamento dos seus postos de trabalho. As atividades não são dirigidas para o perfil de cada adolescente e de suas demandas e interesses; elas são dirigidas para a necessidade do seu local de trabalho e apenas isto. Ainda, acham que o que mais estão aprendendo é a se relacionarem com as pessoas que trabalham com eles, assim como a se comportarem devidamente em um posto de trabalho, em relação a horário, comportamento, hábitos, além da aprendizagem de serviços gerais. Aqui aparece com destaque o aprendizado de como se comportar em um ambiente de trabalho e como se relacionar com as pessoas com as quais se trabalha; estes dois tópicos apresentam maior importância do que o próprio aprendizado das tarefas do serviço. Aprender a se relacionar e a se comportar em um ambiente de trabalho remete ao fato de ter que se moldar a este trabalho de uma forma disciplinadora.

É no dia-a-dia da ordem, da pontualidade, do rotineiro, da submissão à vontade do dono da loja, do escritório ou do professor/inspetor da escola noturna, que nosso jovem adolescente também se prepara para acatar a disciplina do local de trabalho mais moderno (PUCCI, OLIVEIRA e SGUISSARDI, 1995, p. 35).

Dessa forma, realizam a mesma função que um outro funcionário contratado poderia realizar, contudo, com um salário menor. Seus esforços se configuram como os de quaisquer outros, porém mais baratos e disciplináveis, por serem mais frágeis nesta relação empregador/empregado.

Referem mais conflitos na relação com as outras pessoas que pedem as tarefas, como professores e alunos (quando o atendimento é para estudantes da UFSCar), do que com a chefia imediata ou mesmo superior. Na oficina de atividades, ficou evidente que poucos se percebem integrados ao grupo de trabalho. A maioria desses adolescentes menciona certo sentimento de exclusão com relação aos demais funcionários do seu local de trabalho. Esse sentimento se deve ao que definem como um tratamento 'inferiorizante' recebido, à má vontade dos outros funcionários em ensinarem o serviço a ser feito, à maneira muitas vezes indelicada e grosseira com que são abordados.

Por vezes, referem sentir que seu trabalho não tem importância para os outros funcionários, ou para eles mesmos. Fonseca (2003) pontua essa questão:

Os adolescentes trabalhadores não têm consolidada a noção da importância do seu trabalho na instituição. Acolhem e reproduzem muitas vezes um discurso discriminatório, que tende a desqualificar a sua força de trabalho, baseado principalmente na transitoriedade e na 'pouca experiência' (FONSECA, 2003, p. 104-105).

Pucci, Oliveira e Sguissardi (1995) fazem uma discussão acerca do aluno do ensino noturno, na qual apontam como a característica mais marcante sua condição de trabalhador desqualificado e superexplorado, que recebe geralmente pouco e que possui uma insuportável jornada de trabalho: a da 'loja' ou do 'escritório' e a da escola noturna. Os adolescentes com os quais tivemos um

contato mais qualificado não trazem esse aspecto em seus discursos, fazendo referência ao trabalho de forma positiva, importante e valorizada, assim como os jovens pesquisados por Abdalla (2004). Embora existam as dificuldades, o cansaço e os aspectos negativos, eles estão satisfeitos no trabalho e nenhum deles demonstrou que pretendia ou desejaria parar de trabalhar.

A Escola

A escola é considerada um elemento importante na vida desses adolescentes. Sua importância se relaciona com a busca da melhora da condição de vida. Porém, completar o Ensino Médio já não é visto como suficiente para acessar o mercado de trabalho e/ou para um bom emprego, e essa preocupação por um emprego é comum entre esses adolescentes.

A escolaridade mínima exigida não é mais o Ensino Fundamental; a competitividade no mercado de trabalho já demanda o Ensino Médio, conhecimento de informática e língua estrangeira (ABDALLA, 2004).

Para quase todos, trabalhar e estudar ao mesmo tempo é cansativo. Esta é a primeira qualidade a que se referem quando lhes é perguntado sobre isso. Mas isso não os impede de acharem que é bom estar trabalhando. A dificuldade está em conciliar uma jornada de trabalho de oito horas com um turno de quatro horas de estudo à noite.

Relatam o desânimo em alguns dias para assistir às aulas à noite e atribuem isso ao cansaço, fruto do trabalho. Ocorre que não se pode responsabilizar apenas o trabalho pelo desinteresse na escola:

Porque se fosse só estudar, não ia levar tão a sério também (...) quando eu não trabalhava não pegava no livro em casa. Mas pelo menos ia pra escola com ânimo (A.).

Isto mostra que o trabalho pode até causar um cansaço físico e levar o adolescente a ter menos disposição para freqüentar as aulas, porém, o desinteresse e o desânimo ultrapassam essa questão. Abdalla (2004) considera que o que acarreta o desinteresse pelas aulas é o fato de que estas não despertam o desejo de ensinar e de aprender, pelo mau humor dos professores e pelas dificuldades no entendimento das matérias, inviabilizando aos professores e aos alunos do ensino noturno, de modo geral, a aventura da ação educativa como prática da liberdade, como nos ensina Paulo Freire (1979).

Todas estas questões surgiram em nosso estudo. Apesar de apontarem que o cansaço físico dificulta o interesse e a disposição em aprender, eles acabam demonstrando outros motivos para tal, no decorrer de seus depoimentos.

Além do cansaço físico, que dificulta o envolvimento nas aulas, a qualidade do ensino noturno, tanto criticada por esses adolescentes, só aumenta o desânimo em relação à escola. O ensino noturno é considerado muito pior que o ensino dos outros períodos, pois, segundo os adolescentes participantes, os professores não cobram dos alunos o estudo e os alunos não estão muito interessados, já que passaram o dia trabalhando e estão tão cansados quanto os professores, que também ministraram aulas o dia inteiro.

Há sim a questão do cansaço dos alunos e professores, mas não há como afirmar que é pelo cansaço e desinteresse daqueles que o ensino das escolas regulares está falido. Souza (2003) afirma que já é senso comum que a escola pública está em crise e que isto está associado à falta de compromisso de sucessivos governos, de diferentes esferas, no qual os baixos salários dos professores e a insuficiência de verbas têm lugar destacado. Entretanto, conforme sugerido por Souza, um outro fator importante para a compreensão dessa crise é que, no passado, a escola pública se constituía em um privilégio das elites do país e a escola

pública atual, de acesso democratizado às classes populares, não teria se adaptado aos novos alunos que passou a receber com a massificação do acesso. Seus currículos, regras de funcionamento e de conduta, métodos de ensino, estariam dirigidos, ainda, a uma minoria e, portanto, muito distante dos reais interesses e necessidades das camadas mais populares.

Abdalla (2004) discute que não existe um projeto pedagógico na escola noturna que atenda à dupla condição de jovem e de trabalhador, apesar das novas propostas oficiais para o nível médio e dos novos parâmetros curriculares; o que se nota é que a escola noturna parece compreender o trabalho como algo negativo, que atrapalha a escolarização do aluno, desconsiderando o trabalho em sua positividade, como princípio educativo e como espaço de sociabilidade.

Para Pucci, Oliveira e Sguissardi (1995), a escola noturna desconhece o trabalho como categoria histórico-concreta e também o aluno como trabalhador com direitos decorrentes de sua cidadania. No discurso, tanto dentro quanto fora da escola, atribui-se, freqüentemente, a deterioração da qualidade do ensino à presença dos trabalhadores, em termos de alunos “cansados”, “sem interesse” e “sem responsabilidade”, referências que não levam em conta que a escola noturna ainda é a última esperança para saírem da situação em que se encontram.

Apesar das problemáticas apontadas, a maioria dos adolescentes avalia sua escola como boa ou muito boa (55,8%). Um número expressivo a avalia como média ou regular (30,8%), sendo bem poucos aqueles que a consideram péssima ou ruim (3,8%). A maioria avaliou como bom ou muito bom os professores (56,1%), a direção (41%), o cotidiano escolar (34,7%), o aprendizado (44,7%), os colegas (37,5%) e o espaço físico da escola (51,7%).

Mesmo com essa avaliação positiva, muitos colocam

críticas e aspectos negativos. Em relação às críticas aos professores, surgiu que eles são chatos, grossos e mal educados, que poderiam faltar menos e explicar melhor os conteúdos. Em relação às críticas à direção, apontaram como sendo ruim, desorganizada, rigorosa, com pessoas chatas e autoritárias. Em relação ao espaço físico da escola, apesar da maioria ter colocado como ótimo ou bom, um número bastante expressivo indicou somente aspectos negativos (34%): um espaço pequeno, irregular, horrível e que poderia ser melhor. Em relação à aprendizagem proporcionada pela escola, há uma porcentagem alta de alunos não satisfeitos e que consideram a escola regular (16,1%), ou que o ensino é fraco/muito fraco (12,1%), péssimo ou ruim (7,1%). Sobre a avaliação do cotidiano escolar, os que acham regular ou razoável somados aos que somente indicaram aspectos negativos são muito expressivos (42,9%), o que demonstra que o cotidiano não é tão bom assim para uma grande parte. A avaliação dos colegas também teve uma porcentagem significativa de insatisfação (19,6%) e foram criticados quanto à falta de educação de alguns, de disciplina, de confiabilidade.

Na oficina de atividades, percebeu-se que esses meninos e meninas valorizam os professores mais exigentes, o que é compreendido como uma preocupação em ensiná-los. O fato de preferirem um professor “exigente/interessado” a um “condescendente/desinteressado” pode ser um indício de que, na verdade, eles almejam um professor efetivamente presente, que se preocupe com eles, que lhes ensine algo, diferentemente do que esses alunos têm sentido na maior parte das vezes: um professor desinteressado por eles e por seu ofício, despreocupado, ausente e que, em geral, só se relaciona com os alunos nos enfrentamentos, que, quase sempre, nesse contexto, se tornam inevitáveis, carregados de autoritarismo.

Mas a reclamação dos diretores foi mais presente do que em relação aos professores, diferentemente da

pesquisa de Abdalla (2003). A direção foi alvo de muitas críticas, criando regras desnecessárias (como não poder usar calças largas, fazer e usar camisetas de formandos ou ouvir rádio no intervalo) e não claras, em um processo em que a discussão e a participação dos alunos não ocorrem. Espera-se apenas que eles as obedeçam e as cumpram sem que sejam discutidas suas razões. Eles reconhecem que são necessários limites, mas, muitas vezes, esses limites são por demais estreitos. Existe uma rigidez valorizada pelos alunos, no sentido da direção ‘colocar’ os alunos para estudar, e outra da qual se ressentem, cotidiana, que não permite que se expressem.

O diálogo entre alunos e diretores parece estar ausente. A direção, em muitos momentos, opta por lidar com esses jovens, que possuem desejos, vontades e idéias por vezes contrárias e que trazem conflitos, de forma a impor seu poder de determinação, tornando-se autoritária.

Há bastante reclamação com relação aos alunos que desrespeitam a escola e os professores, não permitindo ou dificultando as aulas. Afirmam que muitos alunos não prestam a atenção nas aulas, que não têm interesse em estudar, saindo das salas de aula ou fazendo bagunça.

Essas reclamações parecem traduzir a situação da direção, que não consegue conter o desânimo de muitos alunos em freqüentar essa escola noturna. O espaço social na escola se torna caótico pelo (mal) uso que fazem do espaço físico, alunos que não se comportam de maneira adequada na sala de aula. Assim, o aluno desinteressado pela escola expõe concretamente o que sente e pensa, interferindo na dinâmica geral que envolve a todos. Para esses jovens, não adianta só os professores e diretores mudarem, os alunos também precisam mudar. Isto vai na mesma direção apontada por outros estudos que colocam a escola como uma construção coletiva de vários atores.

Muitos adolescentes que participaram das oficinas valorizam espaços diferentes/não-convencionais (além

das matérias tradicionais e obrigatórias) nas escolas como comunicação e rádio, salas de informática, grafiteagem, teatro, discussões de filmes. Porém, são espaços limitados nos horários ou que acontecem esporadicamente.

Assim como Abdalla (2004), notamos o desejo dos alunos freqüentarem uma escola limpa, interessante, que contribua para sua formação como estudante e como pessoa, com regras justas, com professores e diretores interessados em construir um diálogo, e com alunos que respeitem esse espaço.

As Perspectivas de Vida

A escola é concebida como fonte de conhecimento, de informação e como um espaço no qual se criam os laços de amizades. Tem papel muito importante como um caminho para a realização de seus projetos de vida e é fundamental nas perspectivas de vida desses jovens, para os quais concluir o Ensino Médio é o que deve ser feito a fim de se tentar garantir um emprego melhor.

Todos pretendem concluir o Ensino Médio, devido às exigências do mercado de trabalho:

Tem que estudar porque senão não vai pra frente, tem que estudar e seguir em frente porque o mercado hoje tá exigindo muito estudo (H.).

Para a maioria desses meninos e meninas, a escola pode auxiliar a conquistar seus sonhos, oferecendo um bom aprendizado, com boa qualidade, professores ensinando melhor, incentivando os alunos, informando mais sobre os cursos de nível superior e sobre questões do dia-a-dia, e exigindo mais dos alunos.

Não obstante, há, também, aqueles que não acreditam muito que a escola possa ajudar além do diploma necessário para o alcance de um emprego, que percebem a oferta de um ensino desqualificado e que, portanto, não ajuda muito:

Eu acho que não tem no que ajudar, na minha opinião, se tiver eu não sei. Mas eu acho que não tem não,

porque simplesmente eu vou receber o histórico pra provar que eu estudei, receber o diploma, acho que é só isso mesmo que ajuda porque se precisar apresentar algum diploma escolar, histórico, pra ver como que foi a vida da escola, acho só nisso mesmo que vai ajudar na minha opinião (H.).

Continuar a trabalhar ao final do período previsto pelo convênio UFSCar/CAMP é o que pretendem, e para eles esse é o caminho natural. Trabalhar é necessário para não dependerem dos pais, para ajudarem nas despesas de casa e para custearem algum estudo. Pretendem, caso passem em algum curso de nível superior, continuar trabalhando.

Alguns mostraram que sentem o desejo de serem reconhecidos e valorizados em seus empregos no futuro, seja por trabalharem em uma empresa que valorizem os funcionários e os tratem bem, seja porque querem ter sucesso na profissão.

Foi lhes perguntado, por meio do questionário, a profissão desejada. Das profissões descritas no questionário, a mais apontada foi ser um profissional da saúde (24,1%), seguida de ser funcionário público (20,7%). Das que não estavam descritas, que somaram 31%, as que mais apareceram foram: engenharia, técnico de informática e psicologia. Perguntou-se, igualmente, se eles achavam que iam conseguir alcançar esse trabalho ou profissão desejada. 91,4% acreditam que sim. Foram questionados acerca das razões para alcançar ou para não alcançar esse intento. Das pessoas que acreditam que irão alcançar o trabalho almejado, a maioria faz referência ao próprio esforço, com muita determinação e persistência para conseguir. Dentre as pessoas que pensam que não vão conseguir (6,9%), a razão apontada diz respeito à dificuldade para o acesso ao nível superior, à falta de oportunidade e de habilidade necessária para tal carreira, como no caso de ser jogador de futebol.

Nas entrevistas e nos encontros na oficina de atividades, relatam que seus sonhos e projetos não são impossíveis:

Se tem bastante gente que conseguiu, por que não vou conseguir? Tem tantos físicos aí que começou assim que nem eu, sem nada, que passou por esse mesmo período de dificuldade. Cabeça em cima, eles conseguiram, então acho que eu vou conseguir também (D.).

Mas, para alguns, são sonhos muito difíceis de serem alcançados, não muito possíveis de serem realizados, e que é necessário ter muita força de vontade, se esforçar muito, não desanimar, ter boa comunicação e estudar muito para alcançar esses sonhos. Há o próprio reconhecimento que é necessário ter sonhos. O problema é que para eles, seus sonhos dependem exclusivamente do esforço e da capacidade que possuem e, portanto, se não conseguirem, provavelmente, irão sentir que a responsabilidade será deles, não culpam a situação sócio-econômica em que se encontram e ou a exclusão cotidiana que vivenciam.

O ensino superior é visto como um caminho desejado por quase todos. Alguns poucos pensam em fazer um curso técnico, para depois tentar um curso superior. Os adolescentes entrevistados por Fonseca (2003) também querem cursar uma universidade e acreditam que é necessário o curso pré-vestibular para complementar as deficiências da formação escolar, mas existe, como para nossos entrevistados, a necessidade de trabalhar para arcar com as despesas do curso pré-vestibular ou com a própria universidade.

Não se sentem seguros com relação ao fato do curso superior proporcionar alguma garantia financeira no futuro:

Eu tenho assim, vontade assim, de fazer uma coisa, uma faculdade, vai. Eu não sei se compensa. Tem gente que estuda pra caramba, estuda dez, doze anos e ainda... E depois pra ganhar um salário que nem pião aí ganha (J.C.).

Abdalla (2004) sugere que os jovens vêm ao seu redor pessoas que estudaram e que não conseguem um emprego, ou que trabalham em áreas muito diferentes

das que estudaram, ou que sobrevivem com salários muito mais baixos em relação à sua capacitação profissional; isto contribui para o descrédito na escola.

Eles querem acessar uma faculdade, ter uma profissão que gostem e ter sucesso com elas, e também parecem não querer desistir de seus sonhos; almejam o que outros jovens almejam, todavia, na vida real, são marginalizados nessa sociedade, fundada fortemente no consumo, e precisam trabalhar desde cedo para se sentirem mais incluídos, tanto para consumirem mais como para terem mais chances de um emprego quando forem adultos. Em seu estudo, Matheus (2002) percebeu que as expectativas dos jovens podem estar atreladas à intenção de buscar novas formas de inserção social que lhes pareçam viáveis e que, muitas vezes, preferem eleger metas que lhes pareçam acessíveis, como constituir família e ter uma profissão ou um emprego. Oportunidades reais precisam existir para que eles, efetivamente, possam escolher o caminho que desejam e apostar em um futuro com mais realizações pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os motivos que levam os adolescentes de classes populares urbanas a começarem a trabalhar são vários. Não é somente a necessidade de ajudar nas despesas da casa, mas, principalmente, para ampliarem suas possibilidades de se tornarem consumidores. Isto nos remete à discussão de aspectos essenciais por nós trabalhadas no encontro na oficina de atividades: por qual cidadania pleiteamos – uma cidadania plena, nos dizeres de Marshall (1967), universal, com os direitos e deveres dela decorrentes ou uma cidadania para o direito ao consumo? Há uma preocupação grande em ter experiência para conseguirem entrar no mercado de trabalho com mais facilidade – para acessar o direito/dever do trabalho ou o direito ao consumo?

As tarefas realizadas por eles no trabalho são as mesmas e não são dirigidas segundo os interesses de cada

adolescente. São tarefas repetitivas, com pouca autonomia. Aqui nos apoiamos na discussão que Pucci, Oliveira e Sguissardi (1995) fazem sobre esse tipo de trabalho, salientando que o jovem trabalhador aliena-se em relação ao que fazer, ao como fazer e ao que se faz.

Mesmo assim, os adolescentes pesquisados consideram que estão aprendendo bastante, mais em relação a como se relacionarem com as pessoas que trabalham e a se comportarem em um ambiente de trabalho, em relação a horário, comportamento e hábitos. Isto demonstra o fato de terem que se moldar para o trabalho de uma forma disciplinadora – têm que se disponibilizar e estar aptos ao “processo de proletarização” (OFFE, 1984), de acordo com as exigências do capital e como resultado da luta de classes, nestas últimas décadas em que a balança pende de forma tão desfavorável à classe trabalhadora.

O desânimo que os alunos têm sentido para freqüentar a escola também pode ser explicado pelo fato da escola do ensino regular estar muito longe de atingir as necessidades e demandas reais dos adolescentes de grupos populares. É uma escola que não os prepara para o vestibular, sonho de muito deles, que não lhes garante um lugar no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, e que, também, não lhes ensina nenhum trabalho técnico-profissionalizante. Sendo a escola uma instituição reprodutora dos valores da classe dominante, por não atender às demandas e necessidades de seus alunos, a escola perde o sentido a que se propõe e eles não se sentem motivados a freqüentá-la (ARPINI, 2003).

As políticas sociais têm o papel de garantir a integração dos interesses do capital, e para isso o Estado atua em diversos segmentos. Na área de educação, prepara os novos profissionais, do primeiro ano do ensino fundamental às escolas técnicas e universidades, ou reciclando os proprietários da força de trabalho aos dinamismos que são próprios de uma sociedade capitalista. É o Estado que deve ter a competência de

realizar essas ações através de políticas sociais, que funcionam a partir de fundos públicos (LOPES, 1999).

A educação é um direito fundamental da cidadania e a luta pelo direito à escola com qualidade será cada vez mais um espaço de luta de classes, a serviço da emancipação dos trabalhadores (PUCCI, OLIVEIRA e SGUISSARDI, 1995). Contudo, esse direito não será exercido de forma plena enquanto existir apenas na jurisdição do Estado; é preciso que se concretize através das instituições políticas e assim possa validar a cidadania de fato.

Percebe-se, então, que a escola e o trabalho educativo não se constituem espaços de pertencimento, de descoberta de vocações e de desenvolvimento de habilidades. Não há espaço de criação, de descoberta de dons, de talentos. Não há espaço de escuta, de diálogo e nem de construção coletiva ou grupal. Não há um sentido de pertencimento a esses espaços, levando boa parte dos jovens brasileiros, dentre os quais os que participaram desta pesquisa são uma pequena amostra, a um sentimento de exclusão nos locais do seu cotidiano mais direto.

É preciso que se atente sobre as representações normativas acerca dos ciclos de vida e os formatos que assumem as relações entre Estado e sociedade. Governos e demais organizações da sociedade podem ser democráticos, serem propositivos de políticas públicas no estabelecimento democrático na interação com os cidadãos, mas podem não contemplar os sujeitos jovens como um dos focos possíveis das ações e não considerá-los parceiros para os quais estariam abertos os canais participativos (SPOSITO e CARRANO, 2003). Compreender os adolescentes como sujeitos participativos seria fundamental na proposição de uma construção democrática cotidiana no espaço escolar e nos demais espaços de aprendizagem, como nos estágios de trabalho.

Não obstante, há, para esses adolescentes, uma esperança de futuro e uma percepção de que a formação escolar é importante, apesar de suas escolas reais serem, na maioria das vezes, muito desinteressantes e pouco agregadoras de bens a que almejam. Sabem que seu empenho e esforço pessoal serão necessários, embora vislumbrem que não serão suficientes, para que acessem uma vida adulta mais plena. Mesmo com os problemas apontados, percebe-se que a escola é muito importante na vida destes meninos e meninas, e que ocupa um lugar especial em suas vidas – um espaço de encontro de amigos, de aprendizagem, de formação e construção de identidade e de sentidos. Esses adolescentes sabem que a escola é condição necessária, embora não suficiente, para uma vida melhor.

Portanto, o desafio é uma escola pública de qualidade e voltada para os interesses dos filhos das classes populares, para as demandas da maioria dos brasileiros. É necessário olhar para ela e levar a cabo a melhoria do ensino público; trabalhar nas relações que permitam uma maior aproximação entre professores, alunos e diretores; produzir reformas para a escola ter um espaço físico decente; proporcionar atividades de lazer, esporte, cultura e diversão para que a escola agregue valores além de conhecimento e informação; criar oportunidades para que os estudantes tenham ações e discussões políticas que os tornem mais atuantes e conscientes de seus espaços e da falta deles na sociedade em que vivemos. Para isto, não bastam somente as políticas públicas que efetivem direitos, é necessário, também, uma conscientização por parte de todos que compõem a estrutura e a organização da escola, bem como da sociedade, da qual é parte.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração de Rosângela Gomes Souza no uso do Epi-Info, de Paula Giovana Furlan pelas contribuições na oficina de atividades, assim como agradecemos à FAPESP, ao CNPq e ao MEC pelo financiamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, V. *O que pensam os alunos sobre a escola noturna*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ARAGÃO, J. E. O. S. *O trabalho como elemento (re)educativo de adolescentes de classe trabalhadora: o caso de uma instituição de São Carlos*. 1998. 140p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- ARPINI, D. M. *Violência e exclusão – adolescência em grupos populares*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente* (1990). Brasília: 2002.
- CAMP Dr. Marino da Costa Terra. *Estenda sua mão e abra caminhos*. São Carlos: Publicação interna, 2001.
- CAROMANO, C. A. Diretor do Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro Dr. Marino da Costa Terra. Comunicação pessoal. São Carlos, 22 mar. 2005.
- DAL-ROSSO, S.; RESENDE, M. L. S. *As condições de emprego do menor trabalhador (comerás o pão com o suor do teu rosto)*. Brasília: Thesaurus, 1986.
- FONSECA, J. C. F. *Adolescência e trabalho*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPES, R. E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional*. 1999. 539p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, M. L. T. S. Comunicação pessoal. São Carlos, 25 mar. 2005.

MATHEUS, T. C. *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1999.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político - sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. (Org.). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 140-177.

PUCCI, B.; OLIVEIRA, N. R.; SGUISSARDI, W. *O ensino noturno e os trabalhadores*. 2a.ed. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

SOUZA, R. M. *Escola e juventude: o aprender a aprender*. São Paulo: EDUC/Paulus, 2003.

SPOSITO, M. P. e CARRANO, M. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 16-39, 2003.

Recebido: 15/04/2010

1ª Revisão: 22/07/2010

Aceito: 13/08/2010